

Processos Discursivos
de Modalização

UNIVERSIDADE DO MINHO
Centro de Estudos Humanísticos Coleção Hespérides / Linguística

Título	Processos Discursivos de Modalização <i>Actas do III Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso</i>
Organização	MARIA ALDINA MARQUES, RUI RAMOS, JOSÉ TEIXEIRA, MARIA EMÍLIA PEREIRA e ISABEL ERMIDA
Edição	UNIVERSIDADE DO MINHO / CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS
Colecção	HESPÉRIDES / Linguística 5
Depósito legal	250564/06
ISBN	972-8063-47-4
Data de saída	15.11.2006
Tiragem	300 exemplares
Execução gráfica	BARBOSA & XAVIER, LDA. – Artes Gráficas Rua Gabriel Pereira de Castro, 31-A e C Tel. 253 263 063 / 253 618 916 • Fax 253 615 350 E-mail: barbosa.xavier@sapo.pt 4700-385 BRAGA

Índice

APRESENTAÇÃO	9
CONFERÊNCIAS PLENÁRIAS	
ROBERT VION <i>Dimensions énonciative, discursive et dialogique de la modalisation</i>	15
MONTserrat RIBAS BISBAL <i>Modalización y representaciones sociales</i> (La representación del Día Internacional de las Mujeres en los telediarios españoles)	37
COMUNICAÇÕES	
MARIA ELISETE ALMEIDA <i>Valores modais do Imparfait de l'indicatif e do Conditionnel passé</i> (deuxième forme) na tradução portuguesa de três obras d'Albert Camus	57
SARA MARIA CANDEIAS <i>As virtualidades semântico/temporais do «presente do indicativo»</i> (O português em uso na Beira Interior)	71
JOSÉ ANTÓNIO BRANDÃO CARVALHO <i>Como se vai da escola à minha casa? A análise do discurso em contexto de investigação em Didáctica da Escrita</i>	79
FÁTIMA VELEZ DE CASTRO <i>A linguagem da mobilidade em territórios marginais. Perspectivas geográficas no conto «O Largo»</i> , de Manuel da Fonseca	89
BRIAN F. HEAD <i>Patterns of dialogue for buying and selling in 16th century Europe</i>	105
SUSAN HOWCROFT e MARGARET GOMES <i>The Use of Modals and Modality by Portuguese University Students</i>	123
MINH HA LO-CICERO <i>Étude de quelques spécificités de l'expression des modalités d'énoncé dans le discours spécialisé: la linguistique</i>	137

MARIA ALDINA MARQUES	
<i>Modalização/modalidade: (in)definições da área</i>	149
FERNANDA MIRANDA MENENDEZ	
<i>Algumas funções da modalização em textos de divulgação científica</i>	163
ARMINDO DE MORAIS	
<i>Então não é? Aspectos avaliativos na produção de narrativas em situação de interação oral</i>	173
MARIA EMÍLIA PEREIRA	
<i>Acerca do discurso político: os limites da comunicação estratégica</i>	193
ROSALICE PINTO	
<i>As modalidades lingüísticas e os géneros de texto: que previsibilidade?</i>	201
LUIZA TERESA REBOLO RIBEIRO	
<i>Análise do discurso sobre o ambiente na cidade de Braga</i>	219
DAVID F. RODRIGUES	
<i>Charles Bally e a Cortesia Lingüística</i>	243
ISABEL GALHANO RODRIGUES	
<i>Funções conversacionais dos sinais verbais e não-verbais na interação face a face: perguntas retóricas e construções frásicas paralelas</i>	253
LINO MOREIRA DA SILVA	
<i>O contributo da modalização discursiva lexical para o desenvolvimento do espírito crítico do leitor: o aproveitamento das figuras de retórica, metonímia e sínédoque</i>	285
ALCINA DE SOUSA e JULIA LOURENÇO	
<i>O discurso modalizado em planos regionais: desenvolvimento versus protecção</i>	297
RESUMOS.....	323

Apresentação

O III Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso surge integrado numa «tradição», recente é certo – e passe o paradoxo –, de proporcionar à comunidade de investigação em Ciências da Linguagem, numa periodicidade bienal, a oportunidade de se encontrar, conhecer, divulgar e discutir questões importantes de investigação no domínio da Análise Linguística do Discurso. Em realizações anteriores percorremos os caminhos de definição desta área de estudo, nomeadamente pela conjugação de trabalhos pioneiros dos investigadores que por aqui passaram. Tivemos a honra de ouvir, e cito aleatoriamente, Jef Vershueren, Joaquim Fonseca, José Portolès Lázaro, Paul Chilton, Christian Plantin, Adriano Duarte Rodrigues e Jacques Brès¹. São exemplos que corporizam o que de mais novo, de mais recente e significativo em termos científicos é desenvolvido pela comunidade científica no estrangeiro e também em Portugal.

Quando, finalmente, nos propusemos realizar um novo encontro, preservando sempre a diversidade de temas e análises que se configuraram como mais ou menos próximas da Análise Linguística do Discurso, o tema da Modalização surgiu como uma das áreas que mais poderia atrair o interesse e colaboração dos participantes

As Actas que aqui apresentamos constituem a concretização destas preocupações, se assim lhes podemos chamar. Com comunicações diversas no domínio amplo e até mesmo polémico da modalização (e da modalidade), o programa do Encontro estendeu-se a outros domínios

¹ As conferências então realizadas foram publicadas em *Diacritica 16*, a revista do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho e *Actas do II Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso*, publicadas também por este Centro.

- GUERRA, Álvaro (1966). *Elementos de composição literária*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.
- JAKOBSON, Roman (1974). *Essais de linguistique generale: les fondations du langage*. Paris: Editions de Minuit.
- LAUSBERG, Heinrich (1963). *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Gulbenkian.
- LOTMAN, Iuri (1978). *A estrutura do texto artístico*. Lisboa: Ed. Estampa.
- MATEUS, Maria Helena Mira, et al. (1983). *Gramática da Língua Portuguesa – elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Livraria Almedina.
- MENDES, João (1969). Figura. *Verbo enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Verbo, vol. 8, cols. 801-803.
- MENDES, João (1972). Metonímia. *Verbo enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Verbo, vol.13, col. 527-528.
- MORIER, Henri (1989). *Dictionnaire de poétique et de rhétorique*. Paris: p. U.F.
- OLIVEIRA, Maria Aurora (1975). Sinédoque. *Verbo enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Verbo, vol.17, col. 213.
- TODOROV, Tzvetan (1970). Problèmes de l'énonciation. *Langages – l'énonciation*, 17. Paris: Larousse, pp. 3-11.
- TODOROV, Tzvetan (1973). *Literatura e significação*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- VILELA, Mário (1974). Introdução. In Michel Le Guern (1974). *Semântica da metáfora e da metonímia*. Porto: Livraria Telos Editora, pp. 5-27.
- XAVIER, Maria Francisca & MATEUS, Maria Helena (1990). *Dicionário de termos linguísticos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, Instituto de Linguística Teórica e Computacional & Edições Cosmos [vol.1].

O discurso modalizado em planos regionais: desenvolvimento versus protecção

ALCINA SOUSA e JÚLIA LOURENÇO
Departamento de Estudos Anglisticos e Germanísticos – UMa
Departamento Engenharia Civil – UMinho

Introdução

A análise do discurso em planos territoriais é uma temática mencionada em algumas publicações internacionais (Healey, 1993; Faludi & Valk, 1994), porém, raramente estudada, a nível aprofundado numa perspectiva interdisciplinar, nomeadamente o Urbanismo e domínios da Linguística¹, tais como a análise do discurso, a semântica e a sintaxe, além do recurso a técnicas mais comuns na Linguística Computacional. Pela complexidade de comunidades discursivas que se cruzam no domínio do Urbanismo e hierarquizadas no plano enunciativo, a análise linguística de planos territoriais constitui uma tarefa complexa. Neste contexto há toda a relevância, em nosso entender, de um estudo interdisciplinar que abra novos horizontes à interpretação dos mesmos, pela identificação de escolhas linguísticas (morfológicas, lexicais e sintáticas) e discursivas, entre outras. Estas são objecto de análise da «corpus linguistics»², seguindo a escola Anglo-Saxó-

¹ Refira-se, no entanto, o estudo feito por Ferreira, sob a perspectiva da ecolinguística intercultural de textos no domínio ambientalista onde se entrecruzam, igualmente, vários domínios. Em certos passos da sua dissertação de doutoramento (intitulada «As Teias de Aranha da Casa – Uma Ecolinguística Intercultural (Alemão-Português)», defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 2003) existem referências explícitas a comunidades discursivas no domínio urbanístico.

² Na sua antologia de textos, Sampson e McCarthy (2004: 1) consideram crucial que se defina o termo «corpus linguistics» no paradigma contemporâneo de análise de *corpora* (i.e., «a collection of specimens of a language as used in real life, in speech or writing, selected as a sizeable 'fair sample' of the language as a whole or of some linguistic genre») pelo facto dos métodos e metodologias de pesquisa dependerem muito significativamente da tecnologia computacional: (1) *corpus* de textos digitalizados, (2) programa informático (por exemplo Word Smith Tools, Mono Conc, Concapp, entre outros) que apresenta automaticamente os contextos de ocorrência das palavras pesquisadas, permitindo não só a sua quantificação, mas também a análise comparativa do (Alan Partington, 1998: 65) «conceptual meaning of words and the connotational significance of lexis» no *corpus* e *corpora*.

nica de Biber *et al.* (1998). Estes autores afirmam que (in Alan Partington, 1998: 9-10) «the strengths of corpus-based approaches in investigating language use cannot solely rely on intuition, anecdotal evidence, or small samples; they rather require empirical analysis of large databases of authentic texts».

Assim, neste trabalho, apresenta-se uma primeira análise exploratória dos regulamentos de dois planos regionais de ordenamento do território, baseado num estudo sistemático e aturado³, todavia preliminar, do corpus seleccionado⁴. Os regulamentos em estudo são parte integrante de qualquer tipo de plano territorial, tanto os de nível mais abrangente, como os Planos Regionais de Ordenamento de Território, passando pelos planos locais, nomeadamente os Planos Directores Municipais, os de Urbanização e os de Pormenor, incluindo os planos intermunicipais ou outros, como os Planos de Ordenamento da Orla Costeira.

Os regulamentos objecto de análise são de teor fundamentalmente jurídico, com enfoque na urbanização e no turismo, entre outras actividades, reportando-se necessariamente aos sectores económico, empresarial e socio-cultural e sua implicação no ordenamento territorial/regional. A propósito da interdiscursividade no texto jurídico, e da natureza formal, institucional e simbólica de que se revestem os actos de fala implícitos nos planos de ordenamento, Dominique Maingueneau afirma (1997: 30) que estes «accionam convenções que regulam institucionalmente as relações entre os sujeitos, atribuindo[-]lhes individualmente] (...) um estatuto na actividade da linguagem» [adaptado]. Deste modo, o legislador / sujeito «ao enunciar», realça o autor, «presume uma *espécie de ritual social da linguagem implícito* [e] partilhado pelos interlocutores».

A selecção dos planos regionais, como objecto de estudo, face a outro tipo de planos já mencionados, decorreu de um conjunto de critérios, designadamente: *i.* da sua maior abrangência, minorando em princípio a ocorrência de especificidades locais não passíveis de comparação; *ii.* da sua elaboração por equipas vastas com especialidades variadas, incluindo juristas, garantindo (Alves Correia, 1993) uma maior qualidade dos elementos em análise; *iii.* da sua produção limitada⁵ e restrita a alguns órgãos político-

³ O estudo sistemático dos dois planos de ordenamento envolveu a análise da ocorrência de escolhas linguísticas e discursivas expectáveis e consideradas de importância central na formação discursiva (jurídica), e no domínio urbanístico, o qual, por razões de espaço e âmbito da presente comunicação, não pode ser incluído. Serão apenas referidas algumas conclusões, de forma sumária.

⁴ Douglas Biber (in Sampson e McCarthy 2004: 195) reitera que critérios de «representatividade» do corpus seleccionado podem ser, igualmente, determinados por «availability of previous research and corpora» os quais norteiam *corpus design* e *corpus work*, a saber (1): «identifying the situational parameters that distinguish among texts in a speech community, and identifying the range of important linguistic features that will be analysed in the corpus»; (2) «pilot corpus of texts for preliminary investigations».

⁵ O número restrito de planos regionais de ordenamento do território prende-se com o facto destes abrangerem áreas territoriais consideráveis e não existir cobertura total do País com planos regionais aprovados. Embora existam outros planos aprovados, para além dos

administrativos, num total de sete em Portugal continental e ilhas, o que permite, à partida, um melhor controlo de variáveis específicas explicativas do território e do discurso adoptado. Deste modo, fazem parte da análise os seguintes planos⁶, que passamos a indicar por ordem cronológica da sua homologação⁷ em Diário da República: PROTAL (Algarve, 1991) e PROTAML (Área Metropolitana de Lisboa, 2002).

Após a sua leitura atenta, identificaram-se instâncias que podem fundamentar a relevância da problemática: desenvolvimento *versus* protecção em áreas de desenvolvimento territorial, à luz do enquadramento legal e teórico do planeamento urbanístico nos quais existe, e citando Partington (1998: 138), «a high probability of being found together in a text or in a collection of texts of the same corpus».

Em seguida, recorreu-se a um programa de concordâncias⁸ a fim de se proceder a uma análise textual, tendo em conta a frequência de palavras, a ocorrência de categorias léxico-semânticas e sintácticas, e a «semantic prosody»⁹. Os dados foram coligidos e (Biber *et al.*, *Ibidem*, p. 32) normalizados, por forma a realizar-se uma análise comparada dos dois planos, partindo da sistematização dos registos em tabelas de frequência. Procedeu-se, ainda, à selecção de categorias gramaticais e à análise da sua ocorrência em contexto¹⁰ que consubstanciam a análise dos textos regulamentares.

Sempre que pertinente, inserem-se linhas de concordância («strings») que contribuam para uma melhor identificação do seu contexto de ocorrência e ilustração de argumentos. A análise léxico-semântica e sintáctica permite desambiguar modalizadores discursivos distintos nos planos aos quais estavam subjacentes tomadas de posição do enunciador tanto em relação a si próprio, como aos conteúdos proposicionais e interlocutores diferenciados.

dois em análise, designadamente, PROZED (Zona Envolvente do Douro, 1991), PROZAG (Zona Envolvente das Barragens da Agueira, Coiço e Fronhas, 1992), PROTALI (Litoral Alentejano, 1993), PROZOM (Zona dos Mármore, 2002) e PROZEA (Zona Envolvente da Barragem do Alqueva, 2002).

⁶ Como se pode verificar, estes planos correspondem ao início das décadas de 1990 e 2000. Embora o Plano Regional de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML) tenha sido aprovado em 2002, a sua elaboração foi iniciada ainda na década de noventa.

⁷ Estes planos têm uma vigência de dez anos que é legalmente prorrogada enquanto não forem substituídos por novos planos.

⁸ Foi utilizado o seguinte software: ConcApp Concordance and Word Profiler, versão 2.0 para Windows (98, ME, NT / 2000, XP), acessível em <http://www.edict.com.hk/PUB/concapp/> (acedido em 11.09.05 pelas 19:00).

⁹ Este termo foi desenvolvido por Sinclair (1987, 1991, 2004) a partir de pressupostos defendidos por Firth e Halliday, e definido por Partington (1998: 66) como o «phenomenon in which an item with association with others, its collocates, as is offered in a concordance sample, acquires a favourable or unfavourable connotation».

¹⁰ O contexto de ocorrência, nesta fase de análise, refere-se ao «concordance string», contendo o lexema cuja extensão é determinada pelo linguista no programa de concordâncias: um número de palavras para a direita e para a esquerda do lexema.

Este processo interpretativo dinamizado pela interacção dos níveis segmental, supra-segmental e textual evidenciou a natureza multimodal dos regulamentos destes dois planos regionais de ordenamento do território. Na investigação das escolhas linguísticas e discursivas num total de 49533 palavras de texto (6454 e 43079 palavras de texto, correspondendo respectivamente ao PROTAL e ao PROTAML) a inserção de instâncias menos frequentes ou raras no corpo do texto e representadas no *corpus*, deve-se à sua relevância em relação à temática em apreço.

Tendo sido referido sucintamente o objecto, objectivos e relevância do tema em apreço, urge agora encetar uma abordagem teórico-conceptual, todavia sumária, coadjuvada pela ilustração de marcas discursivas que denotam níveis de subjectividade interdiscursiva no espaço enunciativo. Os resultados obtidos confirmam a pertinência das temáticas de protecção e desenvolvimento em análise.

Abordagem conceptual

A abordagem da problemática desenvolvimento / protecção afigura-se primordial, sob o ponto de vista da percepção dos condicionamentos e restrições dominantes nos regulamentos em vigência para vastas áreas do território português. Importa perceber se a tónica dominante do discurso regulador é o fomento de actividades ou a sua inibição.

Mais explicitamente, o conceito operatório de desenvolvimento, tal como é entendido nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo, implica a execução de actividades relativas à ocupação, uso e transformação do solo, isto é, associadas à construção de estradas e de outros meios de circulação, de edifícios, espaços públicos e equipamentos, para além de outras actividades, por exemplo, no sector agro-florestal. O conceito operatório de protecção aponta para domínios relativos à preservação do uso existente, quer envolva a natureza, quer o património construído, isto é, engloba termos como a conservação da natureza no âmbito dos regulamentos em estudo.

Em territórios como o Algarve, na década de noventa (Ver Figura 1), era expectável a restrição da pressão imobiliária ao nível da hotelaria e outros serviços de acomodação. Pelo contrário, na Área Metropolitana de Lisboa eram previsíveis, no início do século XXI, algumas tendências desenvolvimentistas ao nível das actividades económicas e localização de mega-*infraestruturas*.

Designação Plano Regional	PROTAL	PROTAML
Ano de aprovação	1991	2002
Território abrangido	Algarve	Área Metropolitana de Lisboa
Justificação (preliminar)	Protecção	Desenvolvimento

Figura 1. PROTAL – PROTAML: Perspectiva Diacrónica

Neste contexto, o enquadramento teórico, a metodologia de análise e terminologia relativos à Linguística Aplicada, tal como preconizam Traugott e Pratt (1980), contribuem para uma melhor compreensão do discurso num domínio tão abrangente como é o do Planeamento Territorial. O entrecruzamento de metodologias de análise relativas a *corpus linguistics* (na acepção de Biber *et al.*, 1998, Sinclair, 2000, Partington, 1998; Hoey, 1997, 2002, 2005 e Sampson e McCarthy, 2004) enriquece a análise de dados qualitativos. Esta abordagem pretende articular o debate entre áreas disciplinares distintas, como são o Urbanismo e a Linguística (Gavioli e Aston, 2001), relativamente à subjectividade a nível do discurso regulamentar dos planos regionais. Perspectiva-se, assim, o domínio urbanístico sob o ponto de vista linguístico, sobretudo no que concerne as relações estabelecidas entre enunciador e conteúdo proposicional (modalidade epistémica), e enunciador e enunciatário (modalidade deontica) no espaço discursivo (discurso em planos).

Questões de semântica e retórica jurídica contribuem, nesta fase inicial da análise que apresentamos, para dezambiguar questões mais vastas, tais como as de desenvolvimento e protecção. A identificação de alguns significantes modais lexicais e gramaticais permite perspectivar a problemática em apreço.

O contexto, tal como é concebido na linguística de *corpora*, desempenha um papel crucial envolvendo a análise de, e usamos a terminologia usada por Biber, Sinclair e Partington (e referida por Hoey, 2005: 163) «collocations, semantic associations, colligations and textual collocations». Em relação aos modais (*dever* e *poder*), por exemplo, partimos da sua identificação formal e potencial significativo (possibilidade, permissão e obrigação também relacionadas com modalidade) e, parafraseando Hoey (1997: 8), «consider the grammatical and semantic processes at work when... word classes combine». No processo interpretativo das escolhas linguísticas e discursivas interagem vários planos de análise (Ver Figura 2), nomeadamente, léxico-semântica, sintáctica e pragmática ¹¹ em *lato sensu* (Hoey, *Op. Cit.*, *Ibidem*),

¹¹ Leo Hoey explicita o modo como a análise de *corpora* é enriquecida pela pragmática, a qual denomina de (1997: 8-9) «pragmalinguistic» no âmbito da análise da modalidade, a saber: «co-occurrence is examined in terms of speaker meaning and context of utterance. The nuances

atendendo a que, defende Hoey (2005: 163) «there seems to be two fundamental dynamic processes involved in the production of spoken and written interaction». O primeiro diz respeito a «lexical priming» na medida em que, explica o linguista, «every lexical choice starts off a series of options and predilections... in any situation in which the speaker has been primed to perform». O segundo concerne o processo discursivo que envolve tomadas de decisão quanto ao conteúdo proposicional, género discursivo, domínio/domínios (interdiscursividade), interlocutores, além de, acrescenta Hoey (*Op. Cit., Ibidem*), «situationally-specific features which cumulatively account for, and contribute to, what have traditionally been treated as the syntax, semantics, pragmatics and discoursal features of a language.»

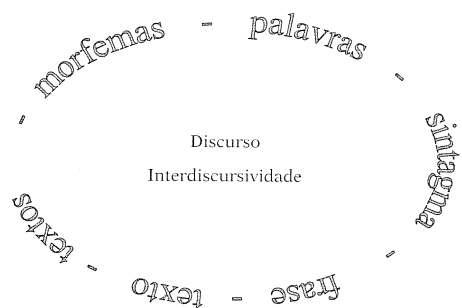


Figura 2. Interação de Níveis na Análise do Corpus

Em síntese, e numa perspectiva diacrónica, constata-se escolhas linguísticas distintas no discurso dos planos da década de 90, e refira-se, por exemplo, o PROTAL, em relação às dos da década subsequente. O PROTAML denota uma transição, marcada a nível discursivo e pragmático, para uma prática, mais na linha interdiscursiva, consentânea com o discurso da modernidade, tal como é expresso no próprio decreto (2002). Este envolve, igualmente, domínios relativos aos discursos: ambiental, ecológico, social e turístico, inerentes a uma política orientada para um desenvolvimento sustentável.

A título exemplificativo, apresenta-se uma citação retirada do PROTAML no âmbito do: «desenvolvimento sustentado em competências qualificadas e na dinâmica de procura», na qual são envolvidas «sinergias entre iniciativas

introduced by particular modal-adverb associations and the influences that motivate their selection offer further insights into how modal-adverb collocations may be accounted for and eventually formulated».

e estratégias públicas e privadas (...) exigindo, por isso, a institucionalização de processos de intervenção e concertação que garantam a integração de objetivos de natureza económica, social e cultural».

Estudos de caso

O discurso modalizado é definido pela (1997: 3) «association of diverse modal elements» no enunciado. Neste âmbito reitera Hoey (*Op. Cit., Ibidem*), «language corpora supports the view that modal elements frequently combine and interact dynamically, there seldom being one carrier of modality operating in isolation within the clause». Para um entendimento alargado de modalidade, Simpson baseado em Lyons afirma que esta marca de subjectividade a nível do discurso (1993: 47) «has been used rather loosely to refer to 'attitudinal' features of language by a variety of grammatical means for conveying modal commitment». Assim sendo, «modality, point of view and transitivity» são aspectos cruciais para se perceberem a subjectividade dos enunciados. No entanto, centramo-nos apenas em alguns modalizadores discursivos¹², que se destacam no estudo contrastivo dos dois planos, no âmbito da problemática urbanística (Ver Figura 3). Pretendemos, por inêrência, examinar de que forma o enunciador se posiciona quer face à validade da proposição, expressa no plano enunciativo, quer face ao enunciatário.

De entre os modalizadores discursivos¹³ mais evidentes referimos os verbos modais, *dever* e *poder*, os advérbios, o tempo, o aspecto e o modo¹⁴. A propósito, relembra Hoey (1997: 2), «in comparison to other modal expressions, the modals readily lend themselves to formal definition and analysis and are the most grammaticalized exponents of the system of modality», no entanto, não podem excluir outros «carriers of modality».

Tendo em conta a natureza dos planos, imbuídos de um discurso jurídico, procurámos, numa primeira fase, identificar o contexto da ocorrência de entidades discursivas, tais como, advérbios e os modais *dever* e *poder* que se reportam a uma modalidade epistémica. Foi igualmente relevante comparar a frequência de ocorrência dos mesmos no *corpus* de trabalho. Constatamos, assim, uma percentagem relevante de verbos modais com incidência especial no plano regional PROTAML.

¹² Estes compreendem, explicita Simpson (1993: 47), «modal auxiliaries, modal adverbs (or sentence adverbs), evaluative adjectives and adverbs, generic sentences, and verbs of knowledge, prediction and evaluation».

¹³ Quando se refere a modalizadores discursivos («forms» of modality), Halliday considera os verbos modais como «verbal forms» e significantes modais lexicais (tais como os advérbios, por exemplo) como «non-verbal elements».

¹⁴ Todavia, não nos propomos fazer uma análise da semântica dos mesmos, pois, por sucinta que fosse, escamotearia necessariamente o estudo que têm sido debatidos por linguistas no contexto nacional (Campos, 1997 e Santos, 2003) e supranacional.

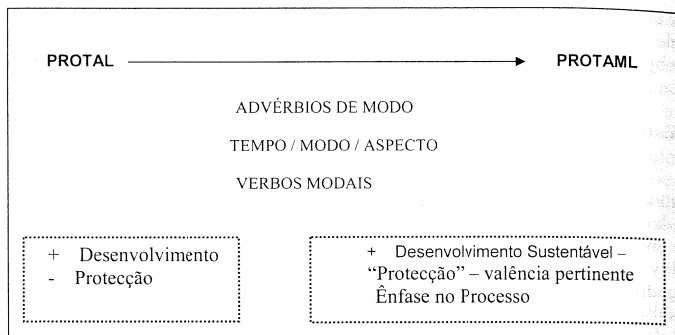


Figura 3. Modalizadores Discursivos – PROTAL e PROTAML.

Passamos então à apresentação sucinta de alguns contextos de ocorrências e do seu potencial significativo resultante das escolhas idiossincráticas no plano enunciativo, pois estamos cientes de que: *i.* a categoria semântica da modalidade, tal como é corroborado por Hoey (1997: 3), «cannot be adequately accounted for by focusing on the modals alone, nor by discussing them in isolation from other modal elements which may be functioning synergetically within the same environment»; *ii.* «different realizations of modality do combine, having a cumulative effect on the modality expressed».

Nas linhas de concordância seleccionadas, o legislador aponta manifestamente para o factor socio-económico subjacente ao plano de ordenamento, pela referência a várias concepções de mercado, a saber: «mercado de emprego» / «mercado social de emprego» «mercado imobiliário», «nichos de mercado», «mercado de solos», «mercado habitacional», «mercado», além das diversas sinergias implicadas nos «comportamentos de mercado», «cota de mercado», «mercado de capitais», com implicações a nível da «intervenção pública no mercado», «mercado europeu» e «mercado mundial».

1. efeitos nos comportamentos do *mercado*. 1.2.1.12 – No entanto, a a
2. a satisfação de segmentos do *mercado* a que a iniciativa privada não
3. ável a intervenção pública no *mercado* imobiliário para a satisfação
4. articulação com o reforço do *mercado* de emprego. 1.2.6.4 – A val
5. diato novos comportamentos do *mercado* que procuram apropriar-se das
6. gística e à articulação com o *mercado* de emprego, condicionando as n
7. tais, no quadro mais vasto do *mercado* europeu; Reforço das infra-
8. ções favoráveis nos nichos de *mercado* criados e das mais-valias intr
9. s e equipamentos, deixando ao *mercado* a realização de novas áreas ur
10. adequação das competências ao *mercado* de emprego e de redução dos fe
11. orar o poder tecnológico e de *mercado* dos grupos económicos e das pe
12. das para o desenvolvimento do *mercado* social de emprego como solução
13. tica de emprego, no quadro do *mercado* social de emprego, em domínios

14. -se para o desenvolvimento do *mercado* social de emprego, em que se c
15. queijos que beneficiam de um *mercado* seguro, mas existem já indício
16. tervenção da Administração no *mercado* de solos é igualmente importan
17. tregação territorial do MARL (*Mercado* Abastecedor de Lisboa) e criaç
18. estimulem o funcionamento do *mercado* habitacional, proporcionando m
19. e execução. 1.2.1.11 – Num *mercado* de solos muito controlado e di
20. pital de risco e de acesso ao *mercado* de capitais, no quadro mais va
21. ens competitivas dinâmicas no *mercado* mundial só é possível com base
22. orte a intervenção pública no *mercado* de solos, sendo necessário apl
23. as e crescentes exigências do *mercado* de emprego, sendo necessário c
24. da vez maior perda de cota de *mercado* para o sistema de transportes
25. undiário e a regularização do *mercado* de solos urbanizáveis e edífic

O enfoque na mudança (e o lexema *transição* ocorre 22 vezes), num desenvolvimento sustentado (referido nas linhas de concordância: ... desenvolvimento harmonioso e *sustentado*, onde as diversas dimensões...; ... desenvolvimento *sustentado* em competências qualificadas), é aliás reforçado pelo recurso a adjectivos (Ver Apêndice 2), tais como: «novo», «novas», «novos»; «funcional», «funcionais», «estruturantes»¹⁵ e «adequado».

A esta escolha léxico-semântica, com enfoque na modernidade, claramente representativa no PROTAML, parece estar subjacente um apelo directo ao enunciatário (a saber, engenheiros, urbanistas, empresários, entre outros), para que seja alcançado um resultado favorável e dependente da linha de acção dos interlocutores, explícito, por exemplo, no seguinte texto introdutório (PROTAML, artigo 1.2.1.1.):

«O reforço e consolidação de uma rede integrada de centros / pólos multifuncionais, expressa no esquema do modelo territorial, obrigará à realização de infra-estruturas e equipamentos de nível superior e âmbito supramunicipal e ao desenvolvimento de acções de qualificação e de renovação urbana que lhes imprima nova e acrescida capacidade de atracção e competitividade.»

O recurso não só à forma do futuro do indicativo, *obrigará*, mas também ao presente do conjuntivo, *imprima* (significante modal gramatical) na vizinhança dos lexemas *nova* e *acrescida*, aponta para uma eventualidade ou uma realidade hipotética. A consecução dos critérios e requisitos afigura-se como uma das obrigações do enunciatário num «continuum of commitment» (obrigação e possibilidade), citando Simpson (1993: 48), porém difícil de ser comprovado. Trata-se, portanto, de um exemplo de modalidade deontica.

¹⁵ Ferreira (2003) refere-se ao uso exacerbado de escolhas linguísticas reveladoras de um «eruditismo vazio», tais como «estruturantes» ou a proliferação de formas verbais no infinito impessoal, aliás bem evidenciadas nos textos em análise, nomeadamente «ordenar», «estruturar», «planear» «planificar», entre outras. Devido à falta de explicitação da concepção de desenvolvimento sustentável o discurso acaba por ser redundante e ineficaz motivado, no seu entender, pelo actual caos urbanístico. No entanto, adiantamos que, sob o ponto de vista urbanístico, estes termos são de utilização corrente e não propriamente erudita como classifica Ferreira. Contudo a sua utilização indiscriminada, sem qualquer explicitação, transforma-os em clichés.

A propósito, afirma Simpson (*Op. Cit., Ibidem*), «the deontic system is of crucial relevance to the strategies of social interaction, especially to tactics of persuasion and politeness», mais característicos, por exemplo, do discurso publicitário. O discurso do PROTAML aponta, igualmente, para o discurso da modernidade centrado em estratégias e planos de acção¹⁶ evidenciados por escolhas lexico-semânticas e sintácticas distintas, a saber:

- i. adjectivação – «multipolares», «multifuncionais», «intersticiais»
- ii. nominalização – nomes abstractos de acção predominando o prefixo «re» – (na linha ecológica e ambientalista) mais relacionados com a protecção / recuperação, e divulgação de um discurso polifónico na linha de necessidades e obrigações (Traugott 1983) a que se vinculam os destinatários:

reforço.....	31	ocorrências
recuperação	17	ocorrências
revisão	18	ocorrências
redução	18	ocorrências
redistribuição	1	ocorrência
reparação	1	ocorrência
readaptação	1	ocorrência
reposição.....	1	ocorrência
reversão.....	1	ocorrência
reparcelamento.....	1	ocorrência
reconstituição	1	ocorrência

Verifica-se, igualmente, um aumento da ocorrência de adjectivos, ou na forma de participio passado, por vezes com função de atributo, ou na forma de superlativo ou comparativo, no discurso dos planos, com maior expressão no PROTAML. Assim sendo, as escolhas linguísticas do legislador envolveram comunidades discursivas e domínios mais abrangentes no espaço enunciativo, demonstradas num maior número de ocorrências num espectro léxico-semântico mais vasto e num discurso cada vez mais modalizado, portanto menos assertivo, e aberto à possibilidade. A título exemplificativo, seleccionámos algumas das instâncias em que o morfema «mais» (86 instâncias), ligado à forma do adjectivo no grau superlativo relativo, é coadjuvado, no mesmo enunciado, por advérbios de modo, nomes abstractos de acção, ou a forma do verbo no futuro do indicativo, entre outros, os quais são indicadores de modalização discursiva.

(PROTAML)

2. de de eléctricos das colinas, **mais** condizente com a exiguidade do
6. realocação de actividades **mais** susceptíveis de agravar as ass [
7. de ordenamento do território **mais** coerente e ambiciosa, empenhou

¹⁶ Neste âmbito, é de registar a ocorrência expressiva dos lexemas *estratégia* (35 / 0,0812 %), *linhas* (32 / 0,0743 %), *linha* (24 / 0,0557 %) e *intervenção* (30 / 0,0696 %).

8. dar origem a espaços urbanos **mais** qualificados e ambientalmente
11. e actuação – irá ter um papel **mais** intervencionista, tanto ao nível
12. politano desempenha, cada vez **mais**, funções de articulação inter-
13. ização de modos de transporte **mais** sustentáveis. Assim, as pro
15. e entre concelhos fisicamente **mais** próximos – Almada/Seixal, Barr
18. assumem proporções por vezes **mais** nitidas e claras e as suas rel

A ênfase na sustentabilidade, evidenciada nas linhas de concordância acima seleccionadas no PROTAML, é norteada pelo recurso a formas do verbo no infinito (Ver *string* 8), no futuro simples (Ver *string* 11) e no presente do indicativo (Ver *strings* 12 e 18), as quais coadjuvadas por advérbios ou locuções adverbiais apontam para a necessidade de implementação de medidas a adoptar.

De entre os significantes modais lexicais mais comuns, destacamos os advérbios e passamos a realçar algumas das circunstâncias expressas pelos mesmos (Cunha & Cintra, 1992: 543) nos planos em estudo. Por um lado, registamos a forma como se procede à escolha de circunstantes adverbiais (Ver Apêndice 1) ancorada no discurso normativo, evidenciado de forma expressiva no PROTAML.

- ... O PROTAML, depois de **amplamente** discutido ao longo de vários a
- ... - Determinar que são **genericamente** incompatíveis com o PROTAML as
- ... cto da discussão pública **legalmente** prevista, tendo motivado inten
- ... amentos que contemple, **integralmente**, a construção, remodelação e tra

Os advérbios conectivos, por exemplo, *designadamente* e *nomeadamente*, constituem um traço comum no espaço enunciativo (Maingueneau 1970: 112). Com efeito, a formação discursiva (jurídica) (*Op. Cit., Ibidem*) «inscreve-se entre diversas formações discursivas» e os advérbios, como entidades discursivas, contribuem para a «especificação da identidade das formações discursivas» consideradas nos enunciados de onde seleccionámos as linhas de concordância seguintes:

(PROTAL)

1. recursos existentes, **designadamente** espaços agrícolas, florestais,
2. aglomerados urbanos, **designadamente** no que se refere ao património
3. públicas e privadas, **designadamente** os órgãos e serviços da admini
4. to previstos na lei, **designadamente** planos municipais de ordenamen

Quanto à ocorrência dos modais lexicais, de natureza epistémica, observámos um maior número de instâncias referente a advérbios adjuntos de modo (Ver Apêndice 1), tais como *significativamente*, *directamente*, que apontam para linhas de acção, mais evidentes no sentido do desenvolvimento do que na protecção, no caso do PROTAL:

- ... ntes àqueles, ficando **genericamente** afectas à construção, edificaç
- ... m ou comprometam **significativamente** a defesa contra os riscos de e
- ... única ou alterem **significativamente** as formas de relevo existentes

Para além dos indicadores espaço-temporais, de valor deíctico, que definem a situação de enunciação (tais como *fisicamente*, *espacialmente*, *actualmente*, *anteriormente* e *futuramente*), bem como os de modo, que definem a articulação de domínios envolvidos (*economicamente*, *ambientalmente*, *urbanisticamente*, *socialmente* ou *arquitectonicamente*), proliferam modalizadores de natureza epistémica e «parética». Estes últimos contribuem, por um lado, para estreitar as relações de coesão entre enunciador e enunciatário (do tipo de comunicação fática e função conativa), e, por outro, para melhor divulgar medidas de promoção do desenvolvimento sustentável (comunicação estratégica). É de notar o uso de *inerentemente*, pouco frequente no português, à semelhança do termo, «inherently», mais frequente em textos em inglês. Também *integradamente*, já transcrito, reporta a uma abordagem holística do ordenamento do território, porém normalmente enunciada pela expressão circunstancial «de forma integrada».

... gais, as disposições *manifestamente* incompatíveis dos planos munic...
 ... mbio e solidariedade, *especialmente* atractiva para residir; trabal...
 ... va e favorecer, de forma *igualmente* selectiva, capacidades interna...
 ... lvimento que, apostando *ousadamente* na internacionalização, consig...
 ... económico corresponder *basicamente* a uma internacionalização por...
 ... num espaço público não *minimamente* tratado. Os problemas de po...
 ... al das actividades e, *inerentemente*, da oferta de emprego na penín...
 ... uma urbanização *dominantemente* de qualidade, em estreita relação com
 o aprov...

Com efeito, parece existir a intenção, por parte do sujeito-enunciador, por um lado, em produzir um discurso onde convirjam múltiplas vozes, consentâneo com formas de comunicação no âmbito do desenvolvimento sustentado, sob a influência de textos produzidos no Norte da Europa, ou de textos em inglês:

... s urbanas degradadas ou *socialmente* deprimidas, bem como das áreas...
 ... Tejo para uma rede *progressivamente* radioconcêntrica e polinucleadas...

Por outro, o sujeito-enunciador identifica a necessidade em dar conta da validade do conteúdo proposicional do enunciado (modalidade deóntica). Assim sendo, o PROTAML favorece a polifonia¹⁷, evidenciado por exemplo, no enunciado que se segue (C. Áreas e ligações / corredores vitais), pelo recurso à forma pronominal reflexa, *reconhece-se*, bem como o estabelecimento de relações interdiscursivas, por exemplo, «tamponada».

¹⁷ O conceito de polifonia, de acordo com Bakhtin, tal como é definido por McCarthy (2001: 125), «points to individual's engagement in internal dialogues that are the result of the many voices [he/she has] encountered in the past. These internal dialogues are often sites of struggle and through these dialogues [he/she is able] to construct and reconstruct [himself/herself]».

Reconhece-se que a maioria das linhas de água da margem norte possuem a sua parte final «tamponada» por edificações ou outro tipo de construções, o que origina, em associação com outros factores, a ocorrência de situações de cheia e risco de inundações.

O sujeito-enunciador opta por um modo declarativo, formal, factual, marcado pela escolha léxico-sintáctica acima referida. Ainda que a forma do presente do indicativo (por exemplo, *possuem*) não constitua por si só um traço distintivo de modalidade discursiva, denota a intenção do sujeito-enunciador em reportar-se a factos, ou situações, que podem ser polémicas pela diversidade de interlocutores envolvidos no plano da enunciação, daí a necessidade de explicitação através do recurso à adjectivação, a orações relativas adjectivas, substantivas, bem como a formas no particípio presente evidenciadas, de sobremaneira, no plano discursivo.

Curiosamente, a ocorrência inesperada¹⁸ de construções gerundivas (isto é, a forma do particípio presente) dado o género discursivo no PROTAML, levou à análise de co-colocações e associações semânticas. Constatámos que, para além do recurso a expressões como *visando*, *vinculando*, *respeitando*, *considerando*, *tendo*, *prevendo*, *atendendo*, *garantindo* ou *fazendo parte integrante*, o número elevado de ocorrências (411 instâncias) desta estrutura estava mais relacionada com a temática da preservação numa perspectiva de desenvolvimento sustentado. O sujeito-enunciador denota a *priori* imparcialidade, porém, o recurso a modalizadores discursivos, tais como *devendo*, traduzem um imperativo ético (óntico) reportando-se ao discurso da sociedade civil. Dada a falta de balização temporal, a concretização das linhas de acção previstas fica em aberto (possibilidade) embora o conteúdo proposicional seja balizado pelo modal *dever* (imperativo categórico):

51. TAML tem a vigência de 10 anos, *podendo* ser alterado sempre que a evolução
52. exigir um ou mais transbordos, *podendo-se* minimizar os seus efeitos negati
20. as condições de acessibilidade, *devendo* ainda clarificar a hierarquia e as
21. e utilizados de forma conjunta, *devendo* as leituras cartográficas ser semp
22. os em grandes infra-estruturas, *devendo* canalizar-se os novos investimentos
23. al do território metropolitano, *devendo* constituir, nos próximos anos, uma
24. as prioritárias de intervenção, *devendo* estes guiar-se pelo referencial de
25. ão a travessia Chelas-Barreiro, *devendo* os estudos necessários à implementa
26. primeiro tipo de necessidades, *devendo* para isso resolver-se as actuais ru
27. volvimento económico ou social, *devendo* pelo contrário ser aproveitada como
28. a lagunar de grande importância *devendo* ser considerada uma área nuclear pa
29. r si só não tem leitura na AML, *devendo* ser equacionada em articulação com
30. e água da península de Setúbal, *devendo* ser estudadas várias alternativas a
31. para a sustentabilidade da AML, *devendo* ser garantidas a sua protecção e ma

¹⁸ Segundo Barthes ([1977]1994: 42) a ocorrência inesperada de «an unconstrained word that claims consistency of its own insistence» opposing expected «stereotypes» given the problem at hand, if related to any lexico-semantic field.

32. itoriais na área metropolitana, *devendo* também definir as variações absolutas
33. partir dos PMDU sub-regionais, *devendo* todos os estudos de avaliação e com
55. cia no território municipal, *procedendo* à compatibilização com as restantes
56. o da dispersão da edificação *promovendo* a concentração em núcleos e em área
57. fenómenos de suburbanização, *promovendo* a contenção urbana e caminhando par
58. as existentes, nomeadamente, *promovendo* a contenção e a requalificação urbana
59. as orlas dos dois estuários, *promovendo* a sua fruição como espaços de valor
60. assinalados na carta da REN, *promovendo* as intervenções que conduzam a melh
61. pamentos e infra-estruturas, *promovendo* as ligações viárias transversais ao
62. os e as margens do estuário, *promovendo* um enquadramento paisagístico e fun
63. zem a sua exploração futura, *promovendo*, ainda, estudos que ordenem adequad
64. zem a sua exploração futura, *promovendo*, ainda, estudos que ordenem adequad
65. zem a sua exploração futura, *promovendo*, ainda, estudos que ordenem adequad
66. zem a sua exploração futura, *promovendo*, ainda, estudos que ordenem adequad
67. tais, silvestres e naturais, *promovendo*, pelo contrário, a sua localização
68. reio e lazer das populações, *promovendo-se* a sua transformação em espaços p¹⁹

Finalmente, e em relação aos significantes modais verbais expectáveis no discurso dos planos, observamos, na Figura 4 e no Apêndice 3, que existe uma maior incidência de ocorrências dos modais *dever* (obrigação) e *podem* (permissão, possibilidade, eventualidade), ambos conjugados na 3.ª pessoa do plural. O elevado número de ocorrências do modal *dever*, no modo indicativo, tempo presente (*dever* – 170 / 0,3946%, *deve* – 94 / 0,0650%), no modo infinitivo (*dever* – 28 / 0,0650%), e no futuro do indicativo (*deverão* – 21 / 0,0487%), é mais expressivo no PROTAML. Pelo contrário, o modal *poder* só ocorre: i. no PROTAL na forma do presente do indicativo (*podem* – 13 / 0,2014); ii. no PROTAML, na forma do presente do indicativo (*pode* – 12 / 0,0279) e no futuro do indicativo (*poderá* – 6 / 0,0139).

Poder-se-ia, desde já, inferir que o locutor, embora se mostre categórico neste uso do futuro, associado ao modal *dever*, ou *poder*, evidenciado no PROTAML, pretendendo vincular o enunciatário à consecução de objectivos, não pode, contudo, garantir que estes sejam realmente concretizados. Assim sendo, o futuro é essencialmente de natureza modal, já que escapa ao critério da verdade.

¹⁹ É oportuno salientar que a repetição de sintagmas e mesmo frases é recorrente no texto do PROTAML o que, aliás, está ilustrado na vizinhança do lexema *promovendo*, acima transcrito (Ver strings 63 a 67).

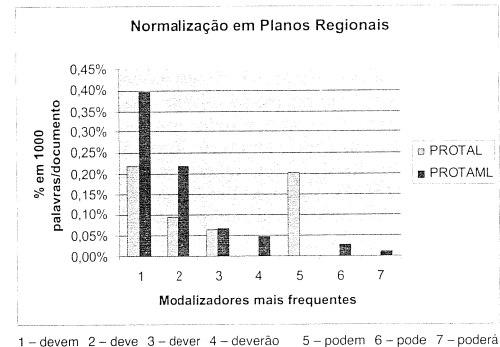


Figura 4. Frequência de Modais no PROTAL e PROTAML

Ainda que *dever* ocorra distintamente no PROTAML, o que levaria a inferir acerca da natureza impositiva e prescritiva dos planos, adquire um outro valor semântico distinto quando percebido no enunciado. Este é igualmente pontuado por nomes abstractos de acção (muito frequentes no discurso do PROTAML), tais como, «colmatação das carências», «construção», «recuperação», «readaptação», ou «ampliação»; advérbios de modo («progressivamente») ou verbos no modo conjuntivo («apresentem» / «não apresentem»). Resulta, deste modo, num discurso modalizado, aberto à possibilidade, hipotético e menos vincutivo.

«[Equipamentos sociais e culturais] com competências na rede hospitalar devem privilegiar a colmatação das carências, através da construção das novas unidades hospitalares de Loures, de Vila Franca de Xira, de Cascais, de Sintra e de Todos-os-Santos (Lisboa), e da recuperação, readaptação e ampliação de instalações hospitalares existentes que se apresentem com um nível de serviço deficiente, nomeadamente os Hospitais do Montijo e de Setúbal. As unidades hospitalares centrais de Lisboa que não apresentem condições adequadas de funcionamento, de acessibilidade ou de integração urbana devem ser progressivamente transferidas para novo(s) local(is), designadamente os Hospitais de Santa Marta, Desterro e Capuchos.» (PROTAML)

Vejamos, agora, o quadro sinóptico (Quadro 1) onde se apresentam as vizinhanças do modal *dever* / *não dever*, no presente do indicativo, em relação ao discurso do plano PROTAML. Para um melhor entendimento da subjectividade implícita, destacamos o seguinte enunciado:

«Os planos intermunicipais de ordenamento do território devem suportar e consubstanciar a criação e implantação de polaridades multifuncionais que sirvam diferentes concelhos.»

Constatamos, mais uma vez, que o enunciador coloca a tónica no envolvimento de interlocutores no espaço enunciativo, em que o sujeito gramatical da frase é frequentemente um sujeito colectivo (IPT, administração central e municipal). Quanto às linhas de acção, concretizadas nos enunciados, pelo recurso renovado ao modo infinitivo, à forma passivante (*ser equacionados*, por exemplo), ou ao gerúndio (como referimos atrás), poder-se-á dizer que são projectadas para um futuro. Todavia, essas linhas de acção são revestidas de obrigatoriedade denotando uma natureza coerciva, ainda que, (Bybee *et al.*, 1994: 185) «some part of the construction signalling obligation has the sense of non-past and non-present, the sense of an activity being projected».

<i>dever</i>	<i>estudar promover concretizar garantir assegurar identificar desenvolver afectar privilegiar categorizar suportar e consubstanciar</i>	- Obrigatoriedade - Envolvimento de interlocutores no espaço enunciativo pelo apelo à acção Sujeito colectivo - Ex -IPT+ administração central e municipal
	<i>ser equacionadas / desenhadas / planeadas / delimitadas / completadas / reforçadas / potenciadas / salvaguardadas / contempladas / avaliadas / monitorizadas / revistas apoçadas e promovidas</i>	- Obrigatoriedade - Enfoque em linhas de acção
<i>não dever</i>	<i>ser prioritariamente abrangidas por programas ser obrigatoriamente precedidas ser localizadas prioritariamente ser progressivamente transferidas ser objecto de estudos integrados/ inseridos...!</i>	
	<i>ser prejudicadas</i>	Proibição

Quadro 1. Modalizadores Discursivos – Co-ocorrências de (Não) Dever (PROTAML)

É oportuno salientar o recurso à forma do modal *dever*, coadjuvado pelo advérbio de negação (*não*), reportando-se a uma modalidade directiva (proibitiva) no PROTAML. Ainda que seja expectável em textos de natureza jurídico-administrativa, ocorre uma só vez, a saber:

«A área agrícola de Azeitão, parcialmente incluída no parque natural, apresenta uma paisagem compartimentada única e um património histórico-cultural associado às quintas e constitui uma área agrícola tradicional de elevado interesse. Apresenta especializações na produção de queijo e vinho, que potenciam o seu desenvolvimento agrícola e que não devem ser prejudicadas por outras actividades.»

O sujeito-enunciador posiciona-se em relação aos interlocutores possíveis, de forma peremptória, ao centrar-se no conteúdo proposicional (modo declarativo), pois reporta-se ao factual, a dados reais relativos «à área agrícola de Azeitão»: «paisagem compartimentada única», «um património histórico-cultural», «uma área agrícola tradicional de elevado interesse». Constrói um discurso lógico que prepara o enunciatário para a deliberação que surge no final do enunciado, relativamente a futuras actividades a desenvolver, nomeadamente: «não devem ser prejudicadas por outras actividades.»

A repetição intencional de conteúdos proposicionais, marcados pela associação de dois modais (muito característica na comunicação em presença), i.e., «pode e deve» (Ver Quadro 2), reforça a modalidade directiva, implícita em:

«A AML pode e deve desempenhar um papel fundamental na viabilização de uma trajectória de desenvolvimento que, apostando ousadamente na internacionalização, consiga contrariar processos de divergência interna e redução do grau de coesão nacional que tenderá a afirmar-se sempre que o crescimento económico corresponder basicamente a uma internacionalização por «choque» exógeno e a uma modernização por mimetismo.»

No entanto, o tom inicial delimitado pelo modo deliberativo, no sentido do apelo à acção (i.e., «viabilização de uma trajectória de desenvolvimento»), perde a sua tónica na explicitação: «que consiga», «que tenderá a afirmar-se». Por um lado, o modo conjuntivo confere ao enunciado um sentido hipotético; por outro, a forma do futuro do indicativo «tenderá», associada ao modo infinitivo, «a afirmar-se»²⁰, ainda que categórico, escapa a critérios de verdade. Face ao que tem sido exposto, o significante modal gramatical *poder* é imbuído de conotações positivas / negativas, parafraseando Sinclair («semantic prosody»), esquematicamente apresentadas no Quadro 2.

²⁰ Registou-se um número relevante de ocorrências deste tipo de construção, de modo infinitivo precedido pela preposição *a*, que denota, também, a falta de balização temporal em relação à obrigatoriedade da consecução das acções propostas, patente em, por exemplo:

...idade de uso do território na área **a estruturar** deve conduzir a uma densidade habitacional fig...
...ntinuos urbanos; d) Os empreendimentos **a criar** nos núcleos devem revestir elevada qualidade...
...sibilidade: f) Função – utilidade **a aproveitar** numa zona ou acção dominante a desenvolver po...
...de equipamentos educativos destinada **a garantir** a escolaridade obrigatória; i) Reforço da fi...
...s urbanos existentes e por áreas aptas **a servir** de expansão aos mesmos. 2-Cabe aos respectiv...
...rupação, uso ou transformação do solo **a praticar** ou desenvolver por qualquer entidade no terri...

<i>pode</i>	<i>ser desenvolvido, desde que devidamente orientado... ser consagrado no PMT... e deve desempenhar um papel fundamental... ocorrer provocar situações de risco... integrar o património municipal... efectuar assim resumir-se deixar-se de referir</i>	Abertura à possibilidade Obrigatoriedade Possibilidade Retórica jurídico-administrativa (planos regionais – «decreto-lei»)
<i>podem</i>	<i>ter um papel destacado entrar em conflito ocorrer espaços verdes urbanos fechar malhas das redes pesadas e devem representar o espaço de concretização propor a reconfiguração incluir tomar-se uma ameaça real</i>	Abertura à possibilidade
<i>podem</i>	<i>... não se pode efectuar em contradição com a hierarquia da rede ... não pode deixar-se de referir que... ... não podem incluir todos estes aspectos de uma forma detalhada</i>	Cláusula Impedimento <i>Ex. protecção e valorização ambiental propostas</i>
<i>poderá</i>	<i>implicar apresentar propor ser aferida ser aferida ser equacionado vir a ser completada</i>	Eventualidade Probabilidade

Quadro 2. Modalizadores Discursivos – Co-ocorrências de *Poder* (PROTAML)

Retomando a nossa discussão do uso do futuro do indicativo, e relativamente à redacção de Planos de Ordenamento do Território, sabe-se que existiram, ao longo do primeiro quinquénio da década de noventa, directrizes oriundas da Presidência do Conselho de Ministros, no sentido de se evitar o uso do futuro simples em textos regulamentares a serem objecto de publicação em Diário da República. As orientações expressas defendiam o uso do presente do indicativo, com valor vinculativo. Aquelas não foram mantidas posteriormente no PROTAML. Esta determinação linguística e discursiva na redacção dos planos contribui para a explicação do recurso (embora diminuto) ao futuro, *deverão* e *poderá*, no PROTAML, evidenciado, claramente, na Figura 4. Efectivamente, existem apenas duas ocorrências de futuro no regulamentamento do PROTAL, ao passo que se registam várias ocorrências no singular e no plural do verbo modal, entre outros, no regulamento do PROTAML, as quais apresentamos mais adiante (Ver Quadro 3).

Quanto às instâncias em que ocorrem formas do modal *poder*, no futuro simples (PROTAL), constatamos que a primeira, «não poderão ser autorizadas», é marcada não só pelo advérbio de negação, mas também pelo uso da forma passiva, o que reforça o valor modal do futuro, por um lado categórico, por outro proibitivo / impeditivo, portanto mais ajustada ao tipo e

modo discursivo jurídico-administrativo. Pelo contrário, a forma do modal no futuro simples, *poderá*, coadjuvada pela forma passiva, *ser reclassificada*, tem o valor de hipótese, condição sujeita a regulação. Esta escapa ao critério da verdade.

1. stírem planos municipais, não *poderão* ser autorizadas nem prevista
2. área abrangida por essa zona *poderá* ser reclassificada pela câmara

Neste sentido, Traugott (1989) e Traugott e Dasher (2002) defendem que a modalidade epistémica advém da modalidade deontica. Deste modo, corrobora Hoey (1997: 19), reportando-se por seu turno a Halliday (1970), a modalidade *pode* ser expressa por, «verbal or non-verbal means²¹ or by a combination or combinations of both», o que implica que não seja entendida como simples variação estilística.

Destacamos, agora, dois enunciados (PROTAML) que consubstanciam o semantismo do modal *dever*, sobretudo no futuro do indicativo. Na relação do sujeito-enunciador com os interlocutores potenciais o que é sugerido ou esperado *poderá* envolver uma acção ou uma propriedade marcada pelo verbo modal *dever*:

«Considera-se que o sistema ecológico deverá funcionar tanto por base uma rede ecológica suporte e elemento de conectividade ecológica.»

«A rede de metropolitano, com uma estrutura essencialmente radial, *poderá* articular-se com uma rede de modos ferroviários ligeiros, a estudar no âmbito daquele plano, que diversifique as ligações circulares e assegure a cobertura do território do restante núcleo central (em particular; nas áreas de transição e periféricas da cidade e no periurbano envolvente da cidade).»

<i>Deverão</i>	<i>possibilitar constituir ... ser admitidos / analisados / aplicados garantidas estar incluídas submeter-se as directrizes de uma política metropolitana</i>	Imperativos subjacentes às linhas de acção <i>ex. os sistemas e medidas a implementar circuitos históricos/arqueológicos/patrimoniais</i>
<i>Deverá</i>	<i>desenvolver garantir assegurar condição ... garantir-se ... ser valorizada/reestruturada e requalificada</i>	Imperativos subjacentes a um plano/estratégia <i>ex. travessia Chelas-Barcelo elaboração O desenvolvimento da rede de TC de passageiros estratégia territorial para a AML A zona costeira da AML ex. Esta grande unidade estruturante</i>

Quadro 3. Modalizadores Discursivos – Co-ocorrências de *Dever* no Futuro Simples (PROTAML)

²¹ Quando se refere a modalizadores discursivos («forms» of modality), Halliday considera os verbos modais como «verbal forms» e significantes modais lexicais (tais como os advérbios, por exemplo) como «non-verbal elements».

Tendo como pressuposto que (Simpson, 1993: 47) «the modal system of duty» deverá ser percebido num «continuum», como modalidade deontica, referimos, por último, a construção *há que* + Infinito, no sentido de *dever-se-á*, ou a construção alternativa *tem de* + Infinito, pelo facto de ocorrer repetidamente no PROTAML, embora não constitua um modalizador discursivo. A forma do presente do indicativo do verbo «haver» (forma impessoal) surge como um substituto do futuro / presente simples para (Cunha e Cintra, 1992: 455) «indicar uma acção futura de carácter obrigatório, independente (...) da vontade» dos interlocutores.

(PROTAML)

1. assim, considerado desde *há* muito um instrumento estratégico
2. Face a este cenário social, *há* que contrariar as dinâmicas de
3. afectividade. Por outro lado, *há* que ter especial atenção com a
4. s históricas. Por outro lado, *há* que ter particular atenção com
5. ão social. Por outro lado, *há* que qualificar e diferenciar o
6. em relação ao núcleo central *há* que considerar duas questões f

Existem, de facto, conotações mais profundas que envolvem pontos de vista e tomadas de posição do sujeito-enunciador quer em relação ao conteúdo proposicional, quer ao enunciatário. A propósito, afirma Hoey (1997: 19), «the accumulation of modal forms within the same utterance or clause is a matter for modal concord and cumulative modality and cannot be explained away as a mere pleonastic reiteration of the same modal theme».

Conclusões

A análise realizada permitiu chegar a um conjunto de resultados que validam a hipótese inicial no que concerne à temática despoletada, protecção versus desenvolvimento, fundamentada na existência de um número relevante de categorias léxico-semânticas e sintácticas nesse âmbito. Se bem que estas categorias reportem, por vezes, ao discurso legalista, tal como era esperado, são também reveladoras de um discurso modalizado, portanto, subjectivo.

Paralelamente, a selecção de apenas algumas identidades modalizadoras, a saber, os verbos modais e advérbios, levou a uma melhor interpretação do modo como estes, reiterando Hoey (1997: 67), «embody and, in turn, reinforce processes», que contribuem para uma explicitação da autoridade do enunciador e das relações de poder, pela imposição exercida no enunciatário / interlocutores. Dadas as múltiplas instâncias modalizadoras de ordem epistémica, que apontam para a possibilidade ou flexibilidade na adopção de linhas de acção futura, relativas ao uso, ocupação e transformação do solo, sem que o enunciador adopte uma atitude assertiva perante os conteúdos proposicionais, trata-se de um discurso aparentemente mais orientado para o desenvolvimento do que para a protecção. Este dado prefere-se como algo surpreendente para o meio técnico do planeamento urbanístico, na medida em que os regulamentos dos planos têm por norma

vincular conteúdos restritivos concretizados através de enunciados assertivo-normativos, todavia, com ênfase em linhas estratégicas de actuação integrada, decorrentes das certezas sociais subjacentes ao processo de aprovação de cada plano regional.

Em síntese, a complexidade dos regulamentos dos planos regionais de ordenamento do território, apresentando textos decorrentes de negociações sectoriais entre níveis da administração pública, bem como de debates de participação pública onde vários «lobbies», relativos tanto ao fomento de actividades económicas como à protecção de todo o tipo de recursos, explica as «nuances» encontradas nas regras consideradas à partida como restritivas. Esta conclusão segue evidências empíricas encontradas por outros autores no domínio do urbanismo e da análise do discurso. Isto é, o que *a priori* poderá parecer uma mera escolha estilística acaba por traduzir a ambiguidade e subjectividade das regras estabelecidas, decorrentes de negociações e modismos do mundo real onde os planos são aprovados.

Seguindo o desafio lançado por Biber *et al.* (Partington 1998: 249), estamos conscientes que, e citamos, «a great deal of work remains to be done in all of these areas».

Referências Bibliográficas

- ALVES CORREIA, F., 1993, *As grandes linhas da recente reforma do Direito do Urbanismo Português*, Coimbra: Almedina.
- BARTHES, R., 1977, *Image, Music and Text* (trad. Stephen Heath), Londres: Fontana Press, HarperCollins.
- BIBER, D., *et al.*, 1998, *Corpus Linguistics: Investigating Language Structure and Use*, Cambridge: Cambridge University Press.
- BYBEE, J., *et al.* 1994, *The Evolution of Grammar – Tense, Aspect, and Modality in the Languages of the World*, Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- CAMPOS, M.- H., 1997, *Tempo, aspecto e modalidade*, Porto: Porto Editora.
- CUNHA, C. & L. CINTRA, 1992, *Nova gramática do português contemporâneo*, Lisboa: Edições Sá da Costa.
- Diário da República*, Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve (PROT-Algarve), Decreto Regulamentar n.º 11/91 de 21 de Março, -Lei n.º 176-A/88, de 18 de Maio, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.
- Diário da República*, Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve (PROT-Algarve), Decreto Regulamentar n.º 11/91 de 21 de Março, -Lei n.º 176-A/88, de 18 de Maio, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.
- FALUDI, A. & A. VALK, 1994, *Rule and Order: Dutch Planning Doctrine in the Twentieth Century*, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- FERREIRA, A., 2003, *As Teias de Aranha da Casa – Uma Ecolinguística Intercultural (Alemão-Português)*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FONSECA, J., 1992, *Linguística e texto / discurso, teoria, descrição, aplicação*, ICALP, Ministério da Educação.

- GAVIOLI, L. & G. ASTON, 2001, «Enriching Reality: Language Corpora in Language Pedagogy», *ELT Journal*, vol. 55 (3).
- HALLIDAY, M. & R. HASAN, 1990, *Cohesion in English* [1976], Essex: Longman, 10.ª edição.
- HEALEY, P. S., 1993, «Planners, Plans and Sustainable Development», *Regional Studies*, vol. 27, n.º 8 (pp. 769-776).
- HOEY, L., 1977, *Adverbs and Modality in English*, Londres e Nova Iorque: Longman.
- HOEY, M., 1991, *Patterns of Lexis in Text*, Oxford: Oxford University Press.
- 2001, *Textual Interaction: An Introduction to Written Discourse Analysis*, Londres: Routledge.
- 2005, *Lexical Priming: A New Theory of Words and Language*, Londres: Routledge.
- HOLQUIST M. (ed.), 1998, *The Dialogic Imagination: Four Essays by M. M. Bakhtin* [1981], Austin: University of Texas Press.
- HUSTON, S. & G. HUSTON, 2000, *Pattern Grammar: A Corpus-Driven Approach to the Lexical Grammar of English*, Elena Tognini-Bonelli (ed.), Amsterdão: John Benjamins.
- KRESS, G., 1997, «Multimodal Texts and Critical Discourse Analysis», *Proceedings of the First International Conference on Discourse Analysis*, Emilia Pedro (ed.), Lisboa: Edições Colibri (pp. 367-383).
- LEECH, G., 1989, *The Principles of Pragmatics*, Londres: Longman.
- 1990, *Semantics* [1974], Londres: Penguin, 2.ª edição.
- LYONS, J., 1977, *Semântica*, Lisboa: Editorial Presença.
- MAINGUENAU, D., 1990, *Pragmatique pour le discours littéraire*, Paris: Bordas.
- 1997, *Novas tendências em análise do discurso* (trad. rev. Adagoberto Batista), Brasil: UNICAMP – Pontes Editores.
- MARTIN, J., D. ROSE, 2003, *Working with Discourse: Meaning Beyond the Clause*, Londres e Nova Iorque: Continuum.
- MCCARTHEY, S., 2001, «Identity Construction in Elementary Readers and Writers», *Reading Research Quarterly*, Delaware: IRA, vol. 36(2), pp. 122-147.
- PARTINGTON, A., 1998, *Patterns and Meanings: Using Corpora for English Language Research and Teaching*, Philadelphia: John Benjamins.
- RAMOS, R., 2003, «Linguística e ambientalismo», *Actas do II Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso*, Maria Aldina Marques et al. (org.), Minho: Coleção Hespérides – Linguística 4, Universidade do Minho.
- SAMPSON, G., D. MCCARTHY (eds.), 2004, *Corpus Linguistics: Readings in a Widening Discipline*, Londres: Continuum.
- SANTOS, M. J., 2003, *Os usos do conjuntivo em Língua Portuguesa: uma proposta de análise sintática e semântico-pragmática*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e FCT.
- SIMPSON, P., 1993, *Language, Ideology and Point of View*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- SINCLAIR, J., 2004, *Trust the Text: Language, Corpus and Discourse*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- TRAUGOTT, E., L. PRATT, 1980, *Linguistics for Students of Literature*, San Diego: Harcourt Brace Jovanovich Publishers.
- TRAUGOTT, E., B. HEINE, 1991, *Approaches to Grammaticalization*, Amsterdão: John Benjamins.

Apêndice 1. Ocorrências de Advérbios – PROTAL e PROTAML

Advérbios	PROTAL	PROTAML
designadamente	9	35
predominantemente	6	5
especialmente	5	3
nomeadamente	5	46
exclusivamente	4	
igualmente		11
relativamente		11
preferencialmente	4	7
simultaneamente		10
particularmente		8
principalmente		8
economicamente	3	3
espacialmente		2
urbanisticamente		7
ambientalmente		3
socialmente		4
arquitectonicamente		1
densamente		5
directamente	2	
essencialmente		6
excepcionalmente	2	
fortemente		5
expressamente	2	3
respectivamente	2	
significativamente	2	4
constitucionalmente	1	
devidamente	1	6
essencialmente	1	
estrategicamente	1	1
progressivamente		4
continuamente		1
genericamente	1	
hierarquicamente	1	
obrigatoriamente	1	
prioritariamente		4
periodicamente	1	
actualmente		6
anteriormente		2
plenamente	1	
tendencialmente	1	
totalmente	1	
adequadamente		4
claramente		3
funcionalmente		2
fundamentalmente		2
futuramente		1
genericamente		2
fisicamente		1
formalmente		1
TOTAL	57	226

Apêndice 2. Ocorrência e Normalização de Adjectivos – PROTAL e PROTAML

	PROTAL (6454 palavras)	PROTAML (43079 palavras)
<i>novas</i>	3 (0,0465 %)	50 (0,1161 %)
<i>novo</i>		33 (0,0766 %)
<i>novos</i>	3 (0,0465 %)	
<i>funcional</i>		33 (0,0766 %)
<i>funcionais</i>		13 (0,0302 %)
<i>estruturante</i>		16 (0,0371 %)
<i>estruturantes</i>	3 (0,0465 %)	43 (0,0998 %)
<i>fundamental</i>		28 (0,0650 %)
<i>fundamentais</i>	1 (0,0155 %)	36 (0,0836 %)
<i>grande</i>	1 (0,0155 %)	44 (0,1021 %)
<i>vitais</i>		29 (0,0673 %)
<i>vital</i>		1 (0,0023 %)
<i>elevado</i>		19 (0,0441 %)
<i>elevada</i>	1 (0,0155 %)	14 (0,0325 %)
<i>elevados</i>		3 (0,0070 %)
<i>adequadas</i>		12 (0,0279 %)
<i>adequada</i>	2 (0,0310 %)	10 (0,0232 %)
<i>adequado</i>		4 (0,0093 %)
<i>adequados</i>	1 (0,0155 %)	
<i>eficaz</i>	2 (0,0310 %)	5 (0,0116 %)
<i>eficazes</i>	1 (0,0155 %)	5 (0,0116 %)

Apêndice 3. Normalização de Modalizadores Mais Frequentes – PROTAL e PROTAML

Itens	PROTAL (6454 palavras)	PROTAML (43079 palavras)
<i>devem</i>	14 (0,2169 %)	170 (0,3946 %)
<i>deve</i>	6 (0,0930 %)	94 (0,2182 %)
<i>dever</i>	4 (0,0620 %)	28 0,0650 %
<i>deverão</i>		21 0,0487 %
<i>podem</i>	13 (0,2014 %)	
<i>pode</i>		12 0,0279 %

Note: Cálculos normalizados a uma base de 1000 palavras / Documento tendo em conta os verbos modais em análise (N= instâncias / Doc.)